MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 23:059

Considerando que, tendo, pelo decreto n.º 22:082, de 7 de Janeiro último, transitado para o Ministério das Obras Públicas e Comunicações a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário, foi, pelo decreto n.º 22:246, de 28 do mesmo mês, transferido para o referido Ministério, do da Instrução Pública, o saldo da dotação atribuída à referida Junta, no total de 4:000.000\$;

Considerando que nenhuma importância foi paga de conta dessa verba, havendo, no entanto, contratos pendentes que terão de ser liquidados no actual ano económico, para cujo orçamento a mesma deve ser transferida;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º No orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações em vigor para o corrente ano económico é reforçada com 4:000.000\$ a dotação do capítulo 13.º «Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário» e do artigo 109.º «Encargos administrativos», devendo ser satisfeitos em conta dessa verba os encargos contraídos e ainda não liquidados referentes a melhoramentos nos liceus e instituição de residências a estudantes.

Art. 2.º Na despesa extraordinária do orçamento das receitas do Estado, no capítulo 9.º, será reforçada com igual quantia a importância de 5:000.000\$ descrita no artigo 245.º

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Setembro de 1933.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Amibal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Alexandre Alberto de Sousa Pinto* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral Militar

Decreto n.º 23:060

Considerando que o decreto n.º 19:220, de 9 de Janeiro de 1931, não regulou a situação dos não indígenas e assimilados aos europeus residentes na metrópole, que não podem ser incorporados nas unidades do exército metropolitano;

Tornando-se necessário estabelecer a forma de os mesmos mancebos serem inspeccionados para o serviço militar e o modo de pagar a taxa militar a que são obrigados;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O § único do artigo 20.º do decreto n.º 19:220,

de 9 de Janeiro de 1931, passa a ser o § 1.º, e ao mesmo artigo são adicionados os parágrafos seguintes:

§ 2.º Os mancebos filhos de pai e mãe europeus e de pais não europeus são obrigados à prestação do serviço militar na colónia da sua naturalidade.

§ 3.º Os mancebos de que trata o parágrafo anterior que residam na metrópole e que até 31 de Dezembro, inclusive, de cada ano, completem dezanove anos de idade e que não possam regressar à colónia da sua naturalidade a fim de prestar a obrigação do serviço militar devem requerer ao Ministro das Colónias, no mês de Outubro do mesmo ano, para serem inspeccionados por uma junta de saúde da metrópole. Dos requerimentos deve constar o nome, sobrenome e apelido, profissão ou emprego, estado, data do nascimento, naturalidade, morada, filiação e residência dos pais.

§ 4.º Deferidas as pretensões serão os mancebos mandados apresentar à Junta de Saúde das Colónias, que sobre eles tomará alguma das seguintes resoluções:

Apurado:

Definitivamente.
Condicionalmente.

Isento:

Definitivamente.
Temporariamente.

Os mancebos residentes fora da área do governo militar de Lisboa podem ser mandados apresentar às juntas militares de inspecção das regiões militares, depois de obtida a devida autorização do Ministério da Guerra.

§ 5.º Os mancebos que forem apurados definitivamente deverão requerer anualmente ao governador da colónia da sua naturalidade adiamento de incorporação, fazendo acompanhar o requerimento de um cheque da importância da taxa militar que estiver estabelecida na referida colónia.

§ 6.º Os mancebos que não foram apurados definitivamente, ou que forem isentos, ficarão em tudo sujeitos às disposições do regulamento de recrutamento privativo da colónia da sua naturalidade, devendo o pagamento da taxa militar ser feito por meio de cheque.

§ 7.º Os requerimentos, processos de inspecção e cheques de que se trata neste artigo serão entregues ao comandante do Depósito Militar Colonial, que lhes dará o devido destino.

O artigo 24.º passa a ter a seguinte redacção:

Os não indígenas que se ausentarem para a metrópole ou para outra colónia pagarão a taxa militar a que são obrigados: os primeiros na colónia da sua naturalidade, por intermédia pessoa ou por meio de cheque, os segundos na colónia da sua residência.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 26 de Setembro de 1933.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Armindo Rodrigues Monteiro*.